

PROJETO DE LEI Nº 6.160, DE 2019.

"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.".

EMENDA DE PLENÁRIO

07/2019

Suprima-se o artigo 3º do Projeto de Lei nº 6.160/2019.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei apresentado propõe alteração da Lei de Ação Civil Pública indicando que seria um avanço intitucional destinar valores de danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de natureza trabalhista, ao Programa para Habilitação e Reabilitação Profissional.

O avanço em verdade não é explicitado na justificção do PL 6160, uma vez que em verdade inexistente. A alteração proposta, por várias razões, acarretará o esvaziamento da efetiva reparação do dano trabalhista, especialmente na localidade afetada.

Imagine que em uma condenação em dinheiro decorrente de trabalho infantil o dano poderia ser reparado efetivamente com a conversão ou prestação alternativa indicada pela própria empresa para construção de uma creche ou compra de veículo em conselho tutelar do Município (reparação do dano local). No entanto, a alteração ora proposta a condenação em dinheiro iria para o tesouro

nacional a ser aplicado em Programa de Acidente de trabalho , ou seja, não haveria reparação efetiva e local do dano.

As condenações em dinheiro decorrentes de danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de natureza trabalhista devem ser destinados a RECONSTITUIÇÃO DOS BENS LESADOS, consoante preleciona o caput do artigo 13 da LACP em sua parte final.

O Programa mencionado na MP 905, e que ainda depende de conversão para efetivamente existir, tem como finalidade ÚNICA prevenção de acidentes de trabalho. Ocorre que muitos dos valores e condenações resultam de violação a outros bens jurídicos, que não o de meio ambiente do trabalho, quais sejam , trabalho escravo, trabalho infantil, fraudes trabalhistas , dentre outros.

Ainda que a reparação fosse ao meio ambiente do trabalho , não seria efetiva , uma vez que o Programa mencionado , de acordo com a MP 902/2019, tem objeto de prevenir acidentes de trabalho . Assim, não se prestaria a resolver /reparar o dano específico do meio ambiente verificado na localidade e com reversão para a sociedade local. Pode-se exemplificar no caso da condenação em dinheiro no caso Brumadinho onde o dinheiro iria para conta do tesouro nacional, sem garantia de qualquer melhoria na região.

Perceba-se que pela MP os valores devem ser depositados em conta do tesouro nacional, o que é sujeito a contingenciamento e podem sequer serem aplicados ao objetivos do Programa e , ainda que o sejam, os objetivos do programa já são de responsabilidade do governo e de ações próprias que seriam encargos do INSS e não deveriam depender das destinações de condenações trabalhistas.

Assim, da forma como proposto, o projeto acaba por frustrar a reparação social que a Lei almeja e prejudica empresas e trabalhadores.

O dispositivo:

a) impede a possibilidade de negociação com a empresa e execuções alternativas menos onerosas para as empresas e empregadores.

b) impede a própria empresa de indicar as entidades beneficentes que usualmente assiste o que prejudica o cumprimento espontâneo e voluntário,

pois, se através do pagamento da multa ou condenação judicial, a empresa também pode prestar assistência social, ela passa a cumprir o acordo com muito mais satisfação. Essa possibilidade de reparação alternativa torna menos onerosa a logística de destinação e fortalece os laços com a sociedade local;

c) impede a empresa de se beneficiar positivamente com ações de comunicação da própria reversão a comunidade, beneficiando sua imagem e valorizando sua marca e patrimônio imaterial;

d) o dispositivo impede que ocorra a reversão direta para a comunidade à qual pertencem ou aos próprios trabalhadores da empresa, prejudicando o efeito positivo sobre a força de trabalho – melhoria da ambiência do local de trabalho;

e) por fim, impede a possibilidade de reversões recorrentes que se traduzem na doação de bens e aparelhamento de diversos órgãos estaduais e municipais o que reflete de forma imediata na melhoria de serviços públicos.

Com relação a questões de natureza processual constitucional é importante, ainda, ressaltar que o dano moral coletivo se insere, nas Ações Civis Públicas e Termos de Ajuste de Conduta firmados pelo MPT, no bojo da tutela coletiva reparatória. **É o instrumento que irá restituir, restaurar ou compensar à sociedade a lesão que lhe foi causada.** Portanto, o dano moral coletivo – de natureza condenatória - compõe o objeto do pedido na ACP, integrando-a e delineando os seus limites. Inexiste, portanto, qualquer restrição aos seus valores ou à sua destinação, **sendo incabível qualquer pretensa obrigatoriedade de reversão para fundo ou programa determinado, sob pena de ferir-se o próprio direito de ação, em clara violação ao devido processo legal, um dos direitos fundamentais de nosso ordenamento jurídico constitucional.**

A vinculação a Programa tende a violar a autonomia de efetivação constitucional da tutela de direitos difusos e coletivos por parte dos magistrados no curso processual. Importante lembrar que o Juiz tem a faculdade legal, com escopo no art. 497 do CPC de *“Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou*

determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.”

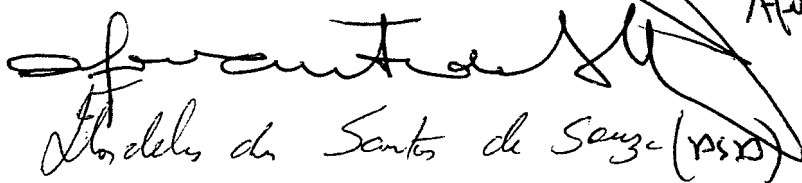
Por estas razões, deve ser suprimido o artigo 3º do PL em epigrafe.

Pedro Vazai (PT)
AUTOR

Sala das sessões,

04 DEZ. 2019

Afonso Costa (PP)



Modelos de Santos de Souza (PSD)